

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 10/19

MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA

TIPO DE JULGAMENTO: menor preço por item

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, LIMPEZA E DESINSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR.

O **MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA** torna público, para o conhecimento dos interessados, que realizará Licitação na modalidade de **CONCORRÊNCIA PÚBLICA** do tipo “**MENOR PREÇO**”, tendo por finalidade o **REGISTRO DE PREÇOS** unitários para a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, LIMPEZA E DESINSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR**, especificados no Item I deste Edital, que será regido pelas normas gerais da Lei nº 8.666/93, pelo Decreto nº 1312/18, de 13 de dezembro de 2018, e pelas condições deste Edital.

HORA: 9h

DATA: 19/08/2019

LOCAL: Centro Administrativo, situado na Avenida Pereira Rego, nº 1665, fundos, sala 08 – DIVISÃO DE LICITAÇÕES, em Candelária – RS.

A PRESENTE LICITAÇÃO SERÁ EXCLUSIVA ÀS BENEFICIÁRIAS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, NOS TERMOS DO SEU ART. 48, INCISO I E, SUAS ALTERAÇÕES.

Recomenda-se a leitura integral e acurada deste Edital, pois a apresentação de proposta implica aceitação tácita dos seus termos, tendo em vista a decadência do direito de impugnação, não cabendo à licitante alegação de desconhecimento das normas que regem o presente certame e a contratação.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto o registro de preços para prestação de serviços de instalação, limpeza e desinstalação de condicionadores de ar , especificados abaixo:



ITEM	QUANT. MIN	QUANT MÁX.	UNID.	DESCRIÇÃO
1	1	100	UN	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO 7.500 BTUS, MODELO JANELA.
2	1	100	UN	SERVIÇO DE LIMPEZA DE AR CONDICIONADO 7.500 BTUS, MODELO JANELA.
3	1	100	UN	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO 7.500 BTUS, MODELO JANELA.
4	1	100	UN	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO 9.000 BTUS, MODELO JANELA.
5	1	100	UN	SERVIÇO DE LIMPEZA DE AR CONDICIONADO 9.000 BTUS, MODELO JANELA.
6	1	100	UN	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO 9.000 BTUS, MODELO JANELA.
7	1	100	UN	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO 10.000 BTUS, MODELO JANELA.
8	1	100	UN	SERVIÇO DE LIMPEZA DE AR CONDICIONADO 10.000 BTUS, MODELO JANELA.
9	1	100	UN	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO 10.000 BTUS, MODELO JANELA.
10	1	100	UN	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO 12.000 BTUS, MODELO JANELA.
11	1	100	UN	SERVIÇO DE LIMPEZA DE AR CONDICIONADO 12.000 BTUS, MODELO JANELA.
12	1	100	UN	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO 12.000 BTUS, MODELO JANELA.



13	1	100	UN	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO 7.500 BTUS, MODELO SPLIT
14	1	100	UN	SERVIÇO DE LIMPEZA DE AR CONDICIONADO 7.500 BTUS, MODELO SPLIT
15	1	100	UN	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO 7.500 BTUS, MODELO SPLIT
16	1	150	UN	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO 9.000 BTUS, MODELO SPLIT
17	1	150	UN	SERVIÇO DE LIMPEZA DE AR CONDICIONADO 9.000 BTUS, MODELO SPLIT
18	1	150	UN	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO 9.000 BTUS, MODELO SPLIT
19	1	150	UN	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO 12.000 BTUS, MODELO SPLIT
20	1	150	UN	SERVIÇO DE LIMPEZA DE AR CONDICIONADO 12.000 BTUS, MODELO SPLIT
21	1	150	UN	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO 12.000 BTUS, MODELO SPLIT
22	1	150	UN	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO 18.000 BTUS,MODELO SPLIT
23	1	150	UN	SERVIÇO DE LIMPEZA DE AR CONDICIONADO 18.000 BTUS, MODELO SPLIT
24	1	150	UN	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO 18.000 BTUS, MODELO SPLIT



25	1	100	UN	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO 22.000 BTUS, MODELO SPLIT
26	1	100	UN	SERVIÇO DE LIMPEZA DE AR CONDICIONADO 22.000 BTUS, MODELO SPLIT
27	1	100	UN	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO 22.000 BTUS, MODELO SPLIT
28	1	100	UN	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO 24.000 BTUS, MODELO SPLIT
29	1	100	UN	SERVIÇO DE LIMPEZA DE AR CONDICIONADO 24.000 BTUS, MODELO SPLIT
30	1	100	UN	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO 24.000 BTUS, MODELO SPLIT
31	1	20	UN	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO 30.000 BTUS, MODELO SPLIT
32	1	20	UN	SERVIÇO DE LIMPEZA DE AR CONDICIONADO 30.000 BTUS, MODELO SPLIT
33	1	20	UN	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO 30.000 BTUS, MODELO SPLIT
34	1	10	UN	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO 55.000 BTUS, MODELO SPLIT
35	1	10	UN	SERVIÇO DE LIMPEZA DE AR CONDICIONADO 55.000 BTUS, MODELO SPLIT



36	1	10	UN	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO 55.000 BTUS, MODELO SPLIT
----	---	----	----	--

1.2. O prazo de duração do registro de preços será de 12 meses a contar da homologação do processo licitatório.

1.3. A proposta selecionada fica à disposição da Administração que, se e quando desejar adquirir valer-se-á dos preços registrados, tantas vezes quanto desejar (dentro dos limites estabelecidos neste Edital). Portanto, fica ressalvado, desde já, que a Administração não está obrigada a contratar e adquirir os materiais ambulatoriais licitados e registrados.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Os interessados em participarem da presente licitação, representados por pessoa credenciada autorizada a prática de todos os atos e termos do procedimento, deverão apresentar documentação e proposta em 2 (dois) envelopes distintos fechados e indevassáveis, para o que sugere-se a seguinte inscrição:

**MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA
CONCORRENCIA Nº 10/19
ENVELOPE Nº 1 – HABILITAÇÃO
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE**

**MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA
CONCORRENCIA Nº 10/19
ENVELOPE Nº 2 – PROPOSTA
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE**

2.2. Não poderão participar desta licitação as empresas que se enquadram no disposto no Art. 9º da Lei 8.666/93.

3. DA HABILITAÇÃO

3.1. Para a habilitação o licitante deverá apresentar no envelope nº 01:

a) Declaração sob as penas da Lei, expedida pela empresa participante, de que a mesma não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso, ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, de acordo com o disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, conforme modelo em anexo.



b) Declaração sob as penas da Lei, expedida pela empresa participante, de que a empresa não foi considerada inidônea para contratar com a Administração Pública.

c) Declaração, sob as penas da Lei, emitida pela empresa participante, de que é beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, e posteriores alterações.

3.1.1. REGULARIDADE JURÍDICA

a) Registro comercial, no caso de empresa individual; ou

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou

c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

3.1.2. REGULARIDADE FISCAL

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

b) Alvará de localização fornecido pelo Município do estabelecimento, pertinente ao seu ramo de atividades;

c) Prova de regularidade quanto aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa);

d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual relativas ao domicílio ou sede do licitante;

e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal relativas ao domicílio ou sede do licitante;

f) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

3.1.3. REGULARIDADE TRABALHISTA

a) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – Lei nº 12.440/2011).

3.1.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA

a) Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da comarca sede do proponente, com data de emissão igual ou inferior a 90 dias.

3.1.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA



- a) Certidão de registro ou inscrição da empresa na entidade profissional – CREA/CAU;
- b) Certidão de registro do responsável técnico da empresa proponente junto ao CREA/CAU;
- c) Comprovação de que o responsável técnico é pertencente ao quadro da empresa licitante. No caso desse profissional ser empregado, a comprovação se dá mediante cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e no caso de prestador de serviços, através de contrato de prestação de serviços;
- d) Atestado de capacitação técnico-profissional em nome do responsável técnico da empresa, registrado no CREA/CAU, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que executou contrato com objeto compatível em características com o ora licitado, devidamente acompanhado da CAT.

OBSERVAÇÕES:

3.2. Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião, por servidor designado ou por publicação em órgão da imprensa oficial.

3.3. Os documentos que não indicarem seu prazo de validade deverão ser expedidos com até 90 dias de antecedência da data designada para o recebimento de documentos e propostas.

3.4. A licitante que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal e trabalhista, previstos no item 3.1.2 e 3.1.3 deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em cinco dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.

3.5. O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa e a empresa de pequeno porte, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

3.6. O prazo de que trata o item 3.4 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido por escrito pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

3.7. A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 3.4, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas em Lei, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

4. DA PROPOSTA

4.1. O envelope nº 2 deverá conter:



4.1.1. Proposta financeira, rubricada em todas as páginas e assinada na última, pelo representante legal da empresa, mencionando o preço unitário por item, devendo estar incluído todos os impostos e encargos inclusive os relativos ao frete.

a) Deverá ser feita de forma clara, sem conter rasuras e entrelinhas que prejudiquem a compreensão da proposta e, ser assinada pelo proponente ou representante legal.

4.1.2. Não serão aceitas propostas cujos valores sejam cotados com mais de duas casas decimais após a vírgula.

4.1.3. Não será aceito pedido de faturamento para terceiros.

4.1.4. Não serão consideradas as propostas cujas condições estejam em desacordo com o solicitado no edital.

4.1.5. A proposta deverá ter validade de 60 dias a contar da data de abertura desta licitação.

4.2. APÓS A APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA, NÃO SERÁ ACATADO QUALQUER PEDIDO DE CANCELAMENTO DE ITEM, SEJA POR MEIO DE E-MAIL, OU QUALQUER OUTRO MEIO, COM JUSTIFICATIVA QUE HOUVE ERRO DE DIGITAÇÃO.

5. DO CRITERIO DE JULGAMENTO

5.1. Para efeito de julgamento da melhor proposta será observado o critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

5.2. Esta licitação será processada e julgada com observância do previsto nos artigos 43 e 44 e seus incisos e parágrafos da Lei nº 8.666/93.

6. DO DESEMPATE

6.1. Como critério de desempate, será assegurada preferência aos bens/serviços, pela ordem:

- a)** produzidos no País;
- b)** produzidos ou prestados por empresas brasileiras; e
- c)** produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

6.2. Permanecendo o empate, será realizado sorteio, em ato público, com a convocação prévia de todos os licitantes.



7. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

7.1. Somente serão aceitas as propostas cujo preço unitário ofertado não seja superior ao valor unitariamente estimado pelo Município, conforme ANEXO III.

7.2. Serão desclassificadas as propostas que se apresentarem em desconformidade com este edital.

8. DOS RECURSOS

8.1. Em todas as fases da presente licitação serão observadas as normas previstas no art. 109 e seguintes da Lei nº 8.666/93.

9. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

9.1. A empresa deverá executar fielmente os serviços objeto deste edital;

9.2. A empresa terá o prazo de 5 (dias) para executar os serviços, contados a partir do recebimento da nota de empenho que será encaminhada através do Setor de Compras/Almoxarifado Central;

9.3. Para os serviços de limpeza a contratada deverá realizar a recolocação do objeto em no máximo 10 dias após a sua retirada;

9.4. A empresa deverá prestar os serviços nos locais onde estão os equipamentos instalados, em vários prédios públicos, podendo ser na sede ou interior do Município;

9.5. Quando a execução dos serviços se tratarem fora da sede do Município (Perímetro Urbano) as despesas de locomoção será por conta da Secretaria solicitante;

9.6. **Todo material/ equipamento necessário para execução dos serviços deverá ser por conta da contratada;**

9.7. Dar garantia de no mínimo 180 (cento e oitenta) dias contra vícios ou defeitos, causados pela instalação ou manutenção incorreta do equipamento;

9.8. O(s) serviço(s) dever (ao) ser compatível (eis) com as normas técnicas exigíveis;

9.9. **A contratada não poderá transferir o futuro contrato no todo ou em parte, nem poderá subcontratar os serviços que forem contratados;**

9.10. Indicar preposto para representá-la na execução do presente contrato;

9.11. Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre os serviços contratados, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução dos serviços, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;



9.12. Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo àquela fornecer-lhes equipamentos de proteção individual (EPI) e crachá de identificação contendo o nome e função do empregado;

9.13. Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução dos serviços;

9.14. Os funcionários do Setor de Compras estão investidos do direito de recusar, em parte ou totalmente, o serviço que não satisfaça as especificações estabelecidas ou que esteja sendo entregue fora do horário preestabelecido;

9.14.1. Os responsáveis pela fiscalização dos serviços serão os servidores Ana Paulo Scota e César Weiss.

9.15. Verificada alguma desconformidade nos produtos, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias, sem ônus para o Município, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital;

9.16. Manter, durante toda a execução do presente contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;

9.17. São de responsabilidade da contratada, quaisquer acidentes de que possam ocorrer com seus empregados durante a execução dos serviços;

10. DAS PENALIDADES

10.1. Multa equivalente a 5% (cinco por cento) por dia de atraso, limitado esta a 10 (dez) dias de atraso, após o qual será considerada inexecução contratual.

10.2. Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, sobre o valor remanescente, cumulado com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

10.3. Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

10.4. Em caso de discrepância de qualidade e quantidade na entrega dos itens previstos no objeto, em caso de vícios, defeitos ou incorreções o Contratante poderá rejeitar o recebimento dos objetos, dispondo a Contratada de um prazo de 03 (três) dias úteis para proceder às correções ou substituições que se fizerem necessárias, conforme dispõe o art. 69 da Lei nº 8.666/93, sob as penas da Lei.

11. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO



11.1. O pagamento será efetuado a vista após a conclusão dos serviços, por intermédio da Tesouraria do Município e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura.

11.2. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação da licitação, dados bancários atualizados e número da nota de empenho, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

11.3. Serão processadas as retenções previdenciárias quando for o caso, nos termos da lei que regula a matéria.

12. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

12.1. Ocorrendo as hipóteses previstas no artigo 65, II, alínea “d”, da Lei nº 8.666/93, será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, requerido pela contratada, desde que suficientemente comprovado, de forma documental, o desequilíbrio contratual.

13. DO PROCEDIMENTO

13.1. No local, dia e hora indicados neste edital, serão recebidos os envelopes nº 1 (Habilitação) e nº 2 (Propostas).

13.2. Após o presidente da Comissão declarar encerrado o prazo para entrega dos invólucros, nenhum outro documento será recebido, nem serão permitidos quaisquer adendos ou modificações à documentação e propostas já entregues, salvo quando requisitados pela Comissão, com finalidade meramente elucidativa.

13.3. Os representantes presentes serão credenciados e iniciada a abertura dos envelopes. Aberto os envelopes, os documentos neles contidos serão examinados e rubricados pelas licitantes presentes e pela Comissão.

13.4. Serão consideradas automaticamente inabilitadas as licitantes que não apresentarem a documentação solicitada ou apresentarem-na com vícios ou defeitos que impossibilitem o seu entendimento ou não atendam, satisfatoriamente as condições deste edital.

13.5. Promulgado o resultado final da fase de habilitação, a Comissão procederá a abertura dos envelopes nº 2, em sessão pública previamente designada, que poderá ser a mesma prevista no item 13.1, se presentes os prepostos de todas as licitantes habilitadas ou não, desistirem da faculdade de interposição de recurso, de modo expresso, mediante o registro da circunstância em ata.

13.6. Após decorrida a fase de habilitação, não caberá desistência de proposta, salvo por justo motivo decorrente de fato superveniente, aceito pela Comissão.



13.7. Os envelopes contendo as propostas das empresas inabilitadas serão devolvidos, ainda indevassáveis, desde que a empresa venha retirá-los diretamente no setor de Compras e Licitações, após definitivamente encerrada a fase de habilitação.

13.8. Abertas as propostas financeiras, estas serão examinadas e rubricadas pela Comissão e pelos Representantes das licitantes.

13.9. A Comissão de Licitações, reserva-se o direito de realizar a qualquer momento, por si ou através de assessoria técnica, diligências ou verificações no sentido de aquilatar a consistência dos dados ofertados pelas licitantes, nela compreendida a veracidade de informações e circunstâncias pertinentes.

13.10. Não constituirá causa de inabilitação ou desclassificação a irregularidade formal que evidencie lapso isento de má-fé e não afete o conteúdo ou a idoneidade do documento.

13.11. De cada fase do procedimento será lavrada ata circunstanciada, que assinada pela Comissão de Licitações e quando for o caso, pelas licitantes presentes.

14. DA PUBLICAÇÃO

14.1. Todas as atas, termo de homologação e resultados relativos ao processo licitatório serão publicados na imprensa oficial para fins de ciência e intimação dos atos, qual seja, o site www.candelaria.rs.gov.br, de acordo com a Lei nº 842 de 10 de maio de 2013.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. A existência dos preços registrados não obriga o Município a firmar as contratações que deles poderão advir, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada preferência ao beneficiário do registro, em igualdade de condições.

15.2. Não será permitida a participação de licitantes sob a forma de consórcio.

15.3. Os documentos necessários para a participação deste certame devem ser apresentados em via original ou cópia autenticada.

15.4. Quando da abertura dos envelopes, somente poderão representar as empresas participantes, os proprietários, sócios responsáveis ou procuradores legais.

15.5. Em nenhuma hipótese serão aceitos quaisquer documentos ou propostas fora do prazo e local estabelecidos neste edital.

15.6. Não serão admitidas por qualquer outro motivo, modificações ou substituições das propostas ou quaisquer outros documentos.

15.7. Só terão direito de usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar atas e contratos, os licitantes ou seus representantes credenciados ou membros da Comissão Julgadora.



Observação: Não serão lançadas em ata consignações que versarem sobre matéria objeto de recurso próprio, como por exemplo, sobre os documentos de habilitação e proposta financeira (art. 109, inciso I, a e b, da lei 8.666/93).

15.8. Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativo a habilitação, não serão admitidos à licitação licitantes retardatários.

15.9. Fica reservado ao Prefeito Municipal de Candelária – RS, o direito de anular parcial ou totalmente a presente licitação, em caso de ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

15.10. Fica reservado ao Prefeito Municipal de Candelária – RS, o direito de revogar parcial ou totalmente a presente licitação, a juízo da Administração, caso seja considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

15.11. A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no art. 59, § único, da Lei nº 8.666/93.

15.12. A nulidade da licitação induz a nulidade do contrato, ressalvada a hipótese do art. 59, § único, da Lei nº 8.666/93.

15.13. Os contribuintes que se encontram em débito para com a Fazenda Municipal local não poderão dela receber créditos de qualquer natureza, nem participar de licitação pública ou administrativa para o fornecimento de materiais, obras, equipamentos e prestação de serviços aos órgãos da Administração Municipal, direta ou indireta.

15.14. Constituem anexos e fazem parte deste edital:

Anexo I – Modelo declaração de acordo com o inciso V do artigo 27 da lei 8.666/93 acrescido pela Lei nº 9.854/99.

Anexo II - – Modelo declaração de idoneidade para licitar;

Anexo III - Planilha de Quantitativos e Custos Unitários Modelo declaração de idoneidade para licitar.

Anexo IV – Minuta de ata.

15.15. Impugnações e/ou informações sobre o presente edital podem ser solicitadas junto ao Setor de Licitações em dia e horário de expediente, pelo fone (51) 3743-8106, pelos emails licitacoes@candelaria.rs.gov.br ou licitacoes2@candelaria.rs.gov.br.

Cópias do edital poderão ser obtidas através do site www.candelaria.rs.gov.br.

Candelária, 02 de julho de 2019.



PAULO ROBERTO BUTZGE
Prefeito Municipal

DIONATAN TAVARES DA SILVA
Secretário Municipal da Administração

Este Edital de Concorrência Pública nº 10/2019
foi revisado em 09 de julho de 2019, e está de acordo com a legislação,
ressalvado quanto ao objeto, uma vez que este exame desborda
da análise jurídica .

TANAELA ELLWANGER MULLER
Subprocuradora do Município
OAB/RS Nº 86.371

FRANCIÉLE SCHRÖDER
Procuradora-Geral do Município
OAB/RS Nº 95.508



ANEXO I

MODELO: EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz () .

.....

(data)

.....

(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



ANEXO II

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE PARA LICITAR

Ref.: (identificação da licitação)

Declaro, sob as penas da Lei, para fins da(modalidade da licitação) nºque a empresanão foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da lei 8666/93, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos da habilitação que venha alterar a atual situação quanto a capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira.

.....
(data)

.....
(nome)



ANEXO III

PLANILHA DE QUANTITATIVOS E CUSTOS UNITÁRIOS					
ITEM	QUANT. MIN	QUANT MÁX.	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR MÉDIO
1	1	100	UN	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO 7.500 BTUS, MODELO JANELA.	R\$123,33
2	1	100	UN	SERVIÇO DE LIMPEZA DE AR CONDICIONADO 7.500 BTUS, MODELO JANELA.	R\$133,33
3	1	100	UN	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO 7.500 BTUS, MODELO JANELA.	R\$210,00
4	1	100	UN	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO 9.000 BTUS, MODELO JANELA.	R\$136,67
5	1	100	UN	SERVIÇO DE LIMPEZA DE AR CONDICIONADO 9.000 BTUS, MODELO JANELA.	R\$130,00
6	1	100	UN	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO 9.000 BTUS, MODELO JANELA.	R\$223,33
7	1	100	UN	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO 10.000 BTUS, MODELO JANELA.	R\$130,00
8	1	100	UN	SERVIÇO DE LIMPEZA DE AR CONDICIONADO 10.000 BTUS, MODELO JANELA.	R\$128,33
9	1	100	UN	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO 10.000 BTUS, MODELO JANELA.	R\$226,67
10	1	100	UN	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO 12.000 BTUS, MODELO JANELA.	R\$146,67
11	1	100	UN	SERVIÇO DE LIMPEZA DE AR CONDICIONADO 12.000 BTUS, MODELO JANELA.	R\$130,00



12	1	100	UN	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO 12.000 BTUS, MODELO JANELA.	R\$261,67
13	1	100	UN	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO 7.500 BTUS, MODELO SPLIT	R\$130,00
14	1	100	UN	SERVIÇO DE LIMPEZA DE AR CONDICIONADO 7.500 BTUS, MODELO SPLIT	R\$130,00
15	1	100	UN	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO 7.500 BTUS, MODELO SPLIT	R\$223,33
16	1	150	UN	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO 9.000 BTUS, MODELO SPLIT	R\$136,67
17	1	150	UN	SERVIÇO DE LIMPEZA DE AR CONDICIONADO 9.000 BTUS, MODELO SPLIT	R\$130,00
18	1	150	UN	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO 9.000 BTUS, MODELO SPLIT	R\$223,33
19	1	150	UN	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO 12.000 BTUS, MODELO SPLIT	R\$146,67
20	1	150	UN	SERVIÇO DE LIMPEZA DE AR CONDICIONADO 12.000 BTUS, MODELO SPLIT	R\$130,00
21	1	150	UN	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO 12.000 BTUS, MODELO SPLIT	R\$261,67
22	1	150	UN	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO 18.000 BTUS,MODELO SPLIT	R\$150,00
23	1	150	UN	SERVIÇO DE LIMPEZA DE AR CONDICIONADO 18.000 BTUS, MODELO SPLIT	R\$128,33



24	1	150	UN	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO 18.000 BTUS, MODELO SPLIT	R\$265,00
25	1	100	UN	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO 22.000 BTUS, MODELO SPLIT	R\$120,00
26	1	100	UN	SERVIÇO DE LIMPEZA DE AR CONDICIONADO 22.000 BTUS, MODELO SPLIT	R\$176,67
27	1	100	UN	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO 22.000 BTUS, MODELO SPLIT	R\$310,00
28	1	100	UN	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO 24.000 BTUS, MODELO SPLIT	R\$173,33
29	1	100	UN	SERVIÇO DE LIMPEZA DE AR CONDICIONADO 24.000 BTUS, MODELO SPLIT	R\$133,33
30	1	100	UN	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO 24.000 BTUS, MODELO SPLIT	R\$296,67
31	1	20	UN	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO 30.000 BTUS, MODELO SPLIT	R\$120,00
32	1	20	UN	SERVIÇO DE LIMPEZA DE AR CONDICIONADO 30.000 BTUS, MODELO SPLIT	R\$176,67
33	1	20	UN	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO 30.000 BTUS, MODELO SPLIT	R\$343,33
34	1	10	UN	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO 55.000 BTUS, MODELO SPLIT	R\$216,67
35	1	10	UN	SERVIÇO DE LIMPEZA DE AR CONDICIONADO 55.000 BTUS, MODELO SPLIT	R\$250,00



36	1	10	UN	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO 55.000 BTUS, MODELO SPLIT	R\$483,33
----	---	----	----	---	-----------

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____
CONCORRÊNCIA Nº 10/19

Aos ____ dias do mês de ____ de ____, nas dependências da Prefeitura Municipal de Candelária, CNPJ Nº 87.568.911/0001-06, situada na Av. Pereira Rego, 1665 o Prefeito Municipal, nos termos do art. 15 da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, em face da classificação das propostas apresentadas na CONCORRÊNCIA Nº 10/19, para REGISTRO DE PREÇOS para a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, LIMPEZA E DESINSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR**, por deliberação da Comissão de Licitação, homologada _____ e publicada em _____, resolve REGISTRAR OS PREÇOS das empresas com preços mais vantajosos, por item, observadas as condições do Edital que rege a Concorrência, aquelas enunciadas abaixo e nos itens que se seguem.

Itens____: (nome da empresa), CNPJ_____,com sede na _____, representada nesse ato, por seu representante legal, Sr. _____, portador da cédula de identidade RG nº _____ e CPF nº _____;

1. OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto o registro de preços dos produtos especificados no Edital da CONCORRÊNCIA Nº 10/19, que passa a fazer parte dessa Ata, como parte integrante.

2. VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.

2.1. Nos termos do art. 15 § 4º da Lei nº 8.666/93, e conforme do Decreto nº 011/03, de 19 de março de 2003, esse Município não está obrigado a adquirir exclusivamente por intermédio dessa Ata, durante o seu período de vigência, os produtos cujos preços nela estejam registrados, podendo adotar para tanto uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento aos registrados, no caso de igualdade de condições.

3. CONTRATO



3.1. Para consecução dos fornecimentos dos produtos registrados nessa Ata serão celebradas notas de empenhos específicas com as empresas, conforme a necessidade da Administração.

3.2. Não haverá reajuste de preços durante a vigência da ata.

3.3. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

4. PREÇOS

Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços constam do “RELATÓRIO VENCEDOR”, em anexo a essa Ata.

5. CONDIÇÕES PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, PAGAMENTO E FISCALIZAÇÃO

5.1. A empresa deverá executar fielmente os serviços objeto deste edital;

5.2. A empresa terá o prazo de 5 (dias) para executar os serviços, contados a partir do recebimento da nota de empenho que será encaminhada através do Setor de Compras/Almoxarifado Central;

5.3. Para os serviços de limpeza a contratada deverá realizar a recolocação do objeto em no máximo 10 dias após a sua retirada;

5.4. A empresa deverá prestar os serviços nos locais onde estão os equipamentos instalados, em vários prédios públicos, podendo ser na sede ou interior do Município;

5.5. Quando a execução dos serviços se tratarem fora da sede do Município (Perímetro Urbano) as despesas de locomoção será por conta da Secretaria solicitante;

5.6. Todo material/ equipamento necessário para execução dos serviços deverá ser por conta da contratada;

5.7. Dar garantia de no mínimo 180 (cento e oitenta) dias contra vícios ou defeitos, causados pela instalação ou manutenção incorreta do equipamento;

5.8. O(s) serviço(s) dever (ao) ser compatível (eis) com as normas técnicas exigíveis;

5.9. A contratada não poderá transferir o futuro contrato no todo ou em parte, nem poderá subcontratar os serviços que forem contratados;

5.10. Indicar preposto para representá-la na execução do presente contrato;

5.11. Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre os serviços contratados, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução dos serviços, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;



5.12. Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo àquele fornecer-lhes equipamentos de proteção individual (EPI) e crachá de identificação contendo o nome e função do empregado;

5.13. Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução dos serviços;

5.14. Manter, durante toda a execução do presente contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;

5.15. São de responsabilidade da contratada, quaisquer acidentes de que possam ocorrer com seus empregados durante a execução dos serviços;

5.16. O pagamento será efetuado a vista após a conclusão dos serviços, por intermédio da Tesouraria do Município e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura.

5.16.1. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação da licitação, dados bancários atualizados e número da nota de empenho, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

5.16.2. Serão processadas as retenções previdenciárias quando for o caso, nos termos da lei que regula a matéria.

6. CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, nas seguintes hipóteses:

a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes dessa Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor não assinar o contrato quando convocado para tal, sem justificativa aceitável;

c) quando o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado se esse se tornar superior ao praticado no mercado;

d) quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou força maior;

6.2. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nas alíneas “a)” a “d)”, será formalizado em processo próprio e comunicada por correspondência, com aviso de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

6.3. No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial, considerando-se, assim, para todos os efeitos, cancelado o preço registrado.



7. PENALIDADES

7.1. Em caso de INADIMPLEMENTO do contrato, representado pelo descumprimento de quaisquer cláusulas, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

a) Multa equivalente a 5% (cinco por cento) por dia de atraso, limitado esta a 10 (dez) dias de atraso, após o qual será considerado inexecução contratual.

b) Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, sobre o valor remanescente, cumulado com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

c) Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulado com a pena de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

7.2. Em caso de discrepância de qualidade e quantidade na entrega dos produtos, em caso de vícios, defeitos ou incorreções dos produtos, o contratado disporá de um prazo de 03 (três) dias úteis para proceder as correções ou substituições que se fizerem necessárias, conforme dispõe o art. 69 da Lei nº 8.666/93.

Observação: As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

8. FISCALIZAÇÃO

8.1. Os funcionários do Setor de Compras estão investidos do direito de recusar, em parte ou totalmente, o serviço que não satisfaça as especificações estabelecidas ou que esteja sendo entregue fora do horário preestabelecido;

8.1.1. Os responsáveis pela fiscalização dos serviços serão os servidores Ana Paula Scota e César Weiss.

8.2. Verificada alguma desconformidade nos produtos, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias, sem ônus para o Município, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital;

9. CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR

9.1. Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da Ata de Registro de Preços ou não-aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a atrasar a entrega dos produtos no local onde estiver sendo executado o objeto do contrato:



a) greve geral;
b) calamidade pública;
c) interrupção dos meios de transporte;
d) condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e
e) outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).

9.2. Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pela contratada.

9.3. Sempre que ocorrerem situações que impliquem caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado a Prefeitura Municipal, até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.

10. FORO

Para a resolução de possíveis divergências entre as partes, oriundas da presente Ata, fica eleito o Foro desta Comarca de Candelária.

11. CÓPIAS

Da presente Ata são extraídas as seguintes cópias:

- a) uma (1) para a Divisão de Licitações;
- b) uma (1) para a empresa registrada;
- c) uma (1) para a Procuradoria Geral do Município de Candelária;

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas na presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Prefeito, representando a Prefeitura e pelo Sr....., representando a EMPRESA REGISTRADA.

Candelária, em _____ de _____ de 2019.



PAULO ROBERTO BUTZGE
Prefeito Municipal

Representante da Empresa

Testemunhas:

